

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.003 - MG (2019/0227715-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO RCI BRASIL S.A
ADVOGADOS : RICARDO MARTINS AMORIM - SP216762
ROBERTO TEBAR NETO - SP316924
BERNARDO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO CARNEIRO - SP302578
THAIS ROSSI - SP391405
AGRAVADO : AUTONORTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL DE LACERDA CAMPOS - MG074828
FABIANA DINIZ ALVES - MG098771
VIVIANE ALBIN MACEDO - MG089376
PAULO FAUSTO SIEBRA DE BRITO - MG174049

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO RCI BRASIL S.A. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais acolheu a prefacial de nulidade da decisão agravada, por ausência de fundamentação, cassando-a; e, aplicando a teoria da causa madura, rejeitou a preliminar e, no mérito, deu provimento ao agravo do ora insurgente, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 1.264):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EFEITO SUSPENSIVO - PRELIMINAR - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO INCISO IX, DO ART. 93, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CASSAÇÃO - TEORIA DA CAUSA MADURA - EXAME IMEDIATO DA MATÉRIA - PREFACIAL - INTEMPESTIVIDADE PARCIAL DO INCIDENTE - REJEIÇÃO - MÉRITO - REQUISITOS DO §12, DO ART. 919, DO CPC/2015 - AUSÊNCIA.

- O inciso IX, do art. 93, da Constituição Federal, prescreve que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão fundamentados, sob pena de nulidade.

- O Col. Superior Tribunal de Justiça já assentou o seu entendimento no sentido de que "a teoria da causa madura não está adstrita ao recurso de apelação" (REsp: 121368/ES).

Superior Tribunal de Justiça

- Conforme dispõe o art. 117, do CPC/2015, em se tratando de litisconsórcio unitário, "os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar".
- Ausente a garantia do juízo, inviável a concessão de efeito suspensivo aos Embargos à Execução, nos termos do §12, do art. 919, do Novo Código de Processo Civil.

Opostos embargos de declaração pela parte contrária, estes foram rejeitados, com a imposição de multa.

Nas razões do recurso especial, o insurgente indicou divergência jurisprudencial e violação aos arts. 223 e 915, § 1º, do CPC/2015.

Afirmou que o prazo para cada executado ajuizar os embargos à execução seria contado de forma independente, a partir da juntada nos autos do respectivo comprovante de citação, razão pela qual deveriam ser considerados intempestivos os embargos ajuizados pela parte recorrida.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial com base na ausência de impugnação dos fundamentos da decisão hostilizada e na incidência do enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

Agravo apresentado às fls. 1.581-1.591 (e-STJ).

Brevemente relatado, decidido.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que cabe à parte agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que inadmitiu o recurso, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo especial, conforme determina expressamente o art. 932, III, do CPC/2015.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA Nº 115/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC.

(...)

2. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.

3. Agravo regimental conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido.

(AgRg no AREsp n. 321.387/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/2/2015, DJe 12/2/2015)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC/73. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. MULTA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Incumbe ao relator não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, inciso III, do CPC/2015).

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 941193/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 23/11/2016)

No caso, o agravante limitou-se a rebater a incidência do enunciado sumular n. 83 do STJ, sem, contudo, infirmar o fundamento relativo à ausência de impugnação dos fundamentos da decisão recorrida.

Incontestável, portanto, que não houve impugnação específica de todos os fundamentos da decisão ora agravada, circunstância que impede o conhecimento do agravo, conforme o disposto pelo art. 932, III, do CPC/2015.

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator